

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS AÇÕES DA COPASA DIANTE DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA ENFRENTADA PELO MUNICÍPIO DE UBÁ.

Solicitante: Vereador Renato Vieira

Aos 8 de abril de 2026, na sede da Câmara Municipal, às 19h17 teve início audiência pública para debater as ações da Copasa diante da situação de calamidade pública enfrentada pelo município de Ubá, com foco no abastecimento de água, esgotamento sanitário, atendimento a emergências, execução de reparos na infraestrutura danificada e adoção de medidas preventivas destinadas a evitar a recorrência de transtorno à população, bem como demais aspectos relacionados à adequada prestação de serviços e seus impactos na qualidade de vida dos cidadãos.

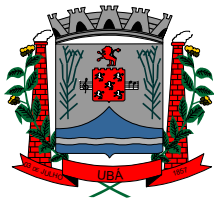
A audiência foi convocada e presidida pelo vereador Renato Vieira, em atendimento ao Requerimento nº 74/2026, do mesmo vereador.

Compuseram a mesa os vereadores Marilda Leôncio, José Roberto Filgueiras, Domingos Trindade, André Alves, o presidente da Câmara, vereador José Maria Fernandes, o presidente da Federação de Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros, Distritos e Zona Rural de Ubá - FEMAC, José Flávio Expedito, o coordenador da Defesa Civil Municipal, representando o Executivo, Anderson Almeida, a especialista em Direito do Consumidor, representando a 30ª subseção da OAB, Karina Biscotto Souza e participando remotamente, o gerente de Fiscalização Operacional da Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais - ARSAE, Lucas Marques Pessoa e a assessora da Coordenação de Regulamentação Operacional da ARSAE, Camila Morais de Assis.

O presidente solicita a leitura dos ofícios enviados pela COPASA, PROCON-Ubá e Defensoria Pública, justificando as ausências e as providências possíveis já tomadas por parte do PROCON e da Defensoria. O gerente regional da Copasa informou que “o sistema de abastecimento de água em Ubá foi afetado por enchentes em fevereiro, mas foi restabelecido rapidamente. Que as obras de esgotamento sanitário estão em andamento e que a Copasa se coloca à disposição para mais esclarecimentos.”

Em seguida, a palavra é dada ao presidente da FEMAC, José Flávio Expedito, que sintetiza a posição dos moradores associados à Federação: “Antes a gente contava com os trabalhos da Copasa num certo nível, que era insatisfatório. E eu espero que com tanta movimentação que a nossa cidade está vivendo, em função de se reorganizar, que a essa empresa também o faça e a gente consiga ter um trabalho melhor, mais justo e uma revisão dessas tarifas.”

Com lamento pela ausência do prefeito, o presidente passa a palavra ao



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

representante do Executivo, o coordenador da Defesa Civil, Anderson Almeida. Anderson diz que estão sendo feitos os levantamentos de imóveis colapsados, interditados ou que sofreram danos mais graves para iniciar as tratativas de adoção da mesma medida que foi adotada em Matias Barbosa, a isenção tarifária do consumo de água.

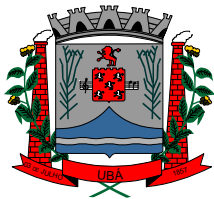
Diz que o Município buscou informações de isenção com a Copasa e foi dito que a empresa teria um limite para poder abrir mão da tarifa e que haveria necessidade de um aporte de recursos do município para a compensação da composição tarifária. Diz também que existe um relatório oficial consolidado para subsidiar medidas junto aos órgãos reguladores e judiciais, mas que ainda não se tem uma decisão formal do município, que neste momento está trabalhando em todas as esferas do evento.

Cita como exemplo as 790 famílias que se apresentaram para o programa de Compra Assistida do Minha Casa Minha Vida, que adquire imóveis prontos (novos ou usados) para famílias que perderam suas casas em desastres climáticos, com imóveis destruídos ou interditados definitivamente pela Defesa Civil, cadastrados em áreas de Calamidade Pública, com valor de até R\$ 200 mil, sem ônus para a família.

Ato contínuo, o presidente pede a apresentação de um vídeo com o prefeito de Visconde de Rio Branco, Luiz Fábio Antonucci Filho (Fabinho Antonucci) para mostrar como ele obteve êxito na redução da tarifa de esgoto no município.

O prefeito destacou a pressão política e a mobilização da comunidade. Mencionou que a taxa de esgoto foi reduzida após negociações para troca da agência reguladora, a pedido da Copasa e aporte de 4 milhões para troca de reservatórios e asfaltamento. Segundo Fabinho Antonucci, “ o nosso contrato foi renovado aqui pela antiga gestão por 30 anos até 2047. Vendeu-se as tubulações de esgoto da cidade por R\$ 4 milhões de reais na época. E aí ela começou a implementar essa taxa de manutenção da rede de esgoto com uma taxa alta também, né? Isso sem colocar a disposição do esgoto e sem fazer o tratamento, coisa que a gente não tem até hoje, era um absurdo.

Então eu consegui superar com uma guerra política. Havia resistência da empresa, na cúpula, sim, mas ao mesmo tempo também um bom diálogo e tentativa sempre constante de fazer acontecer a favor do município. Até que nós fizemos essa mobilização em praça pública com o senador Cleitinho e deu resultado. Depois daquilo a Copasa aceitou renegociar a tarifa com uma nova agência reguladora. A Copasa foi que nos chamou para redefinir a agência reguladora, tá? E nós fomos para uma outra agência, acho até melhor não mencionar qual, que tinha uma tarifa menor. Essa tarifa menor possibilitou a alteração do valor a ser pago e, portanto, impactou nas contas dos contribuintes. Abaixou-se em média 25 % da conta de água de todos os contribuintes. E, sinceramente, eu acho que o trabalho da Copasa melhorou bastante no município. Hora



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ou outra a gente reclama. Até cobro muito o Caio, que é o gerente daqui - Ô, Caio, tá piorando de novo -, mas em geral melhorou bastante. A Copasa está até atrasada em relação ao marco do saneamento básico, mas a gente quer pagar e não financiar essa construção, sabe?”

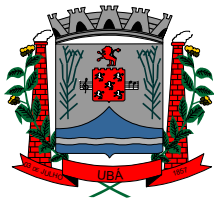
O presidente pergunta sobre a renegociação do contrato. O prefeito diz que “sim, aumentou-se o prazo. Uns 7,8 anos de prazo dentro do contrato, tá? Bom, em geral foi isso. Eu vejo que houve vantajosidade para a população. E eu, como gestor público, eu tenho que pensar na predominância do interesse público. Eu poderia comprar uma guerra judicial, como outros municípios estão fazendo, né, aos moldes, por exemplo, de Cataguases, mas até hoje não resolveu o problema. eu pelo menos conseguir reduzir a conta e diminuir a taxa.”

O presidente da audiência, vereador Renato Vieira, renova sua indignação pela ausência da Copasa, que qualifica como descaso. O presidente da Câmara, vereador José Maria Fernandes, diz que ratifica a indignação do vereador Renato: “. Eu sou uma das pessoas que desde o meu primeiro dia de vereança, já na gestão passada, sou um crítico ferrenho da Copasa. Não dos funcionários da Copasa, mas da direção da Copasa, porque por várias vezes eu fiz requerimentos e em nenhum momento fui respondido. E mais uma vez nós estamos em uma audiência pública para discutir o assunto Copasa e a principal não está presente. É uma vergonha, Copasa. Uma vergonha. É cômodo mandar um bilhetezinho justificando a ausência. Eu estou indignado.”

O presidente da audiência passa a palavra aos representantes da ARSAE, Sr. Lucas e a Sra. Camila, para que esclareçam o papel da agência na fiscalização dos serviços prestados pela Copasa, indicando especialmente quais medidas podem ser adotadas em caso de descumprimento ou atraso na prestação de serviços essenciais.

O gerente de Fiscalização Operacional da ARSAE, Lucas Marques, diz que na ronda pelos municípios atingidos a fiscalização se deu para constatar se havia ou não abastecimento de água e sua qualidade, mas que a ARSAE optou por não passar por Ubá, exatamente por ter sido o município mais atingido em sua estrutura viária e foram sendo informados pela Copasa sobre a retomada da prestação do serviço de abastecimento de água. Que as duas principais estações tinham sido comprometidas, que uma primeira já tinha sido restabelecida e a segunda levou um pouco mais de tempo, um ou dois dias a mais. Mas que há a perspectiva de uma visita de fiscalização a Ubá em breve.

Quanto à isenção tarifária, diz que “essa é uma questão que já foi acordada com a Copasa. Isso já aconteceu em outros momentos, se não me engano, nas enchentes de 2020. Então há precedentes para essa questão da isenção, isso já é pacificado. É, aí eu só peço que caso algumas pessoas estejam tendo problemas em acessar essa isenção a



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

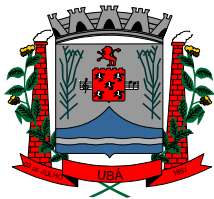
que têm direito, se não estão conseguindo, se a Copasa está negando, caso chegue nessa situação, eu solicitaria a vocês o favor de fazer o levantamento das pessoas que não estão sendo contempladas e encaminhassem pra gente, enviando um ofício pro nosso gabinete, no e-mail [gabinete@arsae.mg.gov.br](mailto:gabinete@arsae.mg.gov.br)., da diretora-geral Laura Mendes Serrano (e-mail do Gerente de Fiscalização Operacional, Lucas Marques Pessoa: [lucas.marques@arsae.mg.gov.br](mailto:lucas.marques@arsae.mg.gov.br) e Gerente de Fiscalização Econômica Marcos de Oliveira Wenceslau Junior E-mail: [marcos.oliveira@arsae.mg.gov.br](mailto:marcos.oliveira@arsae.mg.gov.br))

Não precisa nem ser uma lista com o nome das pessoas, mas pode ser falar "Olha, nós estamos percebendo que algumas pessoas não estão acessando essa isenção que foi combinada, que foi acordada junto à prefeitura, que estamos acompanhando" e tudo mais, e então a gente passa a monitorar, acompanhar isso, e até mesmo a validar as devoluções, eventualmente se a pessoa já pagou, ou se a fatura ainda está em aberto. Enfim, avaliar esses diferentes casos, porque é trabalhoso, uma vez que são muitas pessoas atingidas e a análise tem que ser feita uma a uma. É particular. Então é preciso um pouco de paciência, né?"

Diz ainda que "se tiverem mais apontamentos sobre a prestação do serviço em Ubá, a gente está à disposição para receber essas reclamações, para poder avaliar isso na fiscalização para além da questão da calamidade. As questões cotidianas de falta d'água em determinados bairros, a qualidade da água, se a água está chegando para todo mundo, de esgoto vazando em determinados endereços, de forma frequente, sem correção, a qualidade da recomposição asfáltica, enfim, são vários aspectos do serviço que a gente avalia. Quanto à questão da coleta do esgoto, avaliamos os prazos também desses serviços e a qualidade do próprio tratamento do esgoto."

Neste momento, o gerente de fiscalização operacional pergunta aos vereadores em que ponto está o tratamento de esgoto no município: "Eu queria só fazer primeiro uma pergunta, já que há algum tempo que se arrasta a questão do tratamento do esgoto. Eu queria saber se a estação de tratamento já está em vias de finalização, porque a última notícia que a gente teve foi que ainda não estão em pré-operação. Eu queria só saber se se vocês têm alguma notícia a esse respeito. E queria que alguém da Copasa estivesse aqui até para saber essa informação, o andamento da obra e tudo mais, pois aqui só temos uma planilha fria."

O presidente da Câmara, vereador José Maria Fernandes, detalha que "o contrato foi assinado em 2017, com projeto para entregar a estação de tratamento de esgoto de Ubá em 2020. Não foi o que aconteceu, nós estamos em 2026. Tem 6 anos já, já se passou um mandato de um prefeito e mais a metade do outro e nada foi feito. Mas a Copasa nunca esqueceu de cobrar e a ARSAE também eu acho que tem uma participação grande nisso aí. Em 2022 nós entramos com o processo do Ministério



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Público sobre a cobrança exorbitante que saiu de 25% para 74%. A Justiça nos deu ganho de causa aqui, na 1ª instância e quando foi para Belo Horizonte, perdemos.

E me perdoe, eu não vi empenho nenhum da ARSAE no sentido de interferir nisso. E até hoje a estação de tratamento não está concluída. E o povo está pagando a taxa de esgoto, que eu acho absurda. Então, eu queria que o senhor me relatasse o que aconteceu com a ARSAE e porque uma agência fiscalizadora da empresa não tomou providência nenhuma com relação a essa cobrança do povo.

Além do mais, eu acho que a Arsaé é que tem de saber, já que ela é a agência fiscalizadora, por que a estação de tratamento não foi concluída até hoje. E por que Ubá, que não tem tratamento de esgoto, tem de pagar uma tarifa de 75%, encontra outras cidades que tem já tem a estação de tratamento, também pagam 75 %.”

O gerente operacional esmiúça os argumentos que levaram ao aumento exorbitante da tarifa de esgoto sem serviço prestado de tratamento.

“Essa pergunta é muito importante. Por que que a ARSAE não agiu? Porque, na verdade, essa foi uma definição da própria ARSAE.

A tarifa de esgoto, antes, era cobrada separadamente. Uma parte por coleta, outra parte por coleta mais tratamento. Até 2021 foi assim, 25% do valor da tarifa de água para só coleta e 100% da tarifa de água quando havia coleta e tratamento. Mas a diretoria da ARSAE daquela época tomou decisão técnica diferente.

Tem alguns argumentos para isso, de unificar essa tarifa numa só, independentemente se tem coleta só, ou coleta mais tratamento. Então, independente do serviço prestado, se cobraria o mesmo valor, de 74%, da tarifa de água.

Um dos fundamentos era por simplicidade, mas obviamente que isso afetou os municípios que não tinham tratamento ainda e que no nesse período estavam pagando uma tarifa mais barata e a população sentiu muito, a população sentiu um aumento expressivo, nas suas faturas nessa data.

E enquanto o tratamento não chegasse - a gente tá falando aí de 5 anos já - não teve nenhum benefício, por assim dizer, aumentou a tarifa sem, enfim, ter nenhum serviço a mais.

Só que normalmente quando se instala o tratamento, você não vê maiores benefícios na própria cidade, né? Você vai ver nos rios e córregos mais à frente. O importante, num primeiro momento, é retirar o esgoto que está caindo nos córregos que cortam a cidade, né? Então, a coleta se mostra mais importante num primeiro momento.

E aqui existe um outro aspecto que é um aspecto econômico. Fazer coleta de esgoto, apesar de não parecer, é muito mais caro do que fazer o tratamento, porque o que mais pesa de longe é o custo da rede, porque a rede tem um diâmetro significativo de 150 mm, o diâmetro padrão da Copasa. Então é muita movimentação de terra, é



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

muito material, né? E conseqüentemente é um custo elevado só para fazer a coleta. Para vocês terem uma noção, a coleta custa aproximadamente 70% do serviço de água.

Então você teria que cobrar mais ou menos uma tarifa de 70% para ter só coleta de fato e cobrir ali os custos daquela coleta, seja a manutenção, seja principalmente investimento. Investimento é o mais caro e você coloca mais 40% da água para poder fazer o tratamento. Então você teria, para poder cobrir todos os custos do serviço de esgoto, 110% da tarifa de água.

Só que isso, por outro lado, faria com que as pessoas estivessem ainda menos dispostas a pagarem pela tarifa de esgoto. Então a gente abaixou esse valor, digamos assim, para 74% e o que acontece? Há um subsídio. Quem está pagando pela água, paga uma parte dos custos e do investimento no serviço de esgotamento sanitário.

Enfim, isso está mais bem detalhado nas notas técnicas da revisão tarifária que foi feita lá em 2021 e que aprovou essa alteração

Então a gente não fez nada em relação a essa cobrança porque ela não é entendida como indevida. Tanto que, como vocês comentaram, né, vocês perderam ao longo do tempo na Justiça, justamente porque antes de fazer essa alteração, a gente já tinha visto que é um assunto pacificado no STF.

Podemos discordar, e eu mesmo discordava dessa decisão lá atrás, pelo fato de quem está sendo penalizado com esse tipo de decisão. Mas enfim, a decisão foi tomada e é assim que é cobrado.”

Em seguida, o sr. Lucas, fala que o novo Marco do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020, atualizando e expandindo a antiga lei do saneamento, Lei nº 11.445/2007 e outras sete leis relacionadas) permite a multa pelo descumprimento do contrato, o que não ocorria antes.

“A gente não tinha esse mecanismo até um ano atrás e agora como eles têm uma meta para construir a estação de tratamento de esgoto em Ubá, a gente pode aplicar uma multa e essa multa, inclusive recentemente, por uma alteração de projeto de lei que aconteceu no final do ano passado na assembleia, ela pode chegar a 2% da receita do prestador, né? A nossa multa máxima no ano passado era de R\$1 milhão e agora ela pode chegar a até R\$140 milhões. Então a gente pode pesar a mão, porque no caso de uma ETE, se não fazia a ETE ou se arrastava para fazê-la, a empresa pagava uma multa de no máximo 1 milhão. A ETE de Ubá custa R\$ 100 milhões. Então era melhor a Copasa pagar a multa do que fazer a ETE, né? Era muito mais barato. Então a gente tem um mecanismo mais potente hoje, eles vão ter que correr ou vão pagar uma multa significativa”.

Por último, contesta as afirmações do prefeito de Visconde do Rio Branco em relação à troca da agência reguladora, que foi uma medida instruída pela Copasa



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

visando uma “frouxidão regulatória e fiscalizadora”, impede benefícios de tarifas sociais ainda mais baixas para a pobreza extrema do CADÚnico, que a ARSAE conseguiu, e alongou uma dívida por mais 7 anos.

“Enquanto representante da ARSAE, preciso também esclarecer alguns pontos. Essa questão de trocar a agência para dar um desconto não é verdade. A ARSAE estabelece o teto máximo da tarifa que a Copasa pode cobrar. Se ela quiser cobrar menos e diferente em diferentes municípios, ela pode, tá? Então esse é um primeiro ponto que tem que ser esclarecido. Então, se o município negociar com a Copasa, eventualmente ela pode aditivar ali o contrato, prever desconto e etc. se a Copasa assim concordar e aceitar.

A gente, enquanto agência, a gente só fala o máximo. Se ela quiser cobrar diferente em diferentes municípios, ela pode. Então não é verdade que precisou trocar a agência para poder conseguir um desconto lá.

A outra agência tinha uma tarifa menor. Não, isso também não é verdade. Por que fizeram uma tarifa menor em Visconde Rio Branco, em Divinópolis e Patos de Minas?

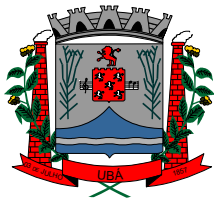
A Copasa adiantou o valor de outorga. Eu não sei quanto foi em Visconde do Rio Branco; em Patos de Minas, se não me engano, foi 40 milhões, Divinópolis foi 70 milhões. A Copasa pagou para a prefeitura esse valor e esse valor ele é mais ou menos o desconto que foi dado na tarifa e que ao longo do contrato, que foi prorrogado por mais anos, esse valor vai ser pago pelas tarifas, porque o reajuste que está previsto lá é o IPCA mais um determinado valor.

Fazendo as contas no longo prazo, o desconto que foi dado agora e as outorgas de alguns milhões que foram dadas para as prefeituras, que a Copasa pagou às prefeituras, tanto de Divinópolis, Visconde do Rio Branco e Patos de Minas vai ser pago pela população.

Então foi uma medida de curto prazo para aliviar a situação, mas que no longo prazo será paga pela população. Eu não gostaria de deixar dívida para os meus filhos. Mas enfim, isso aí é a decisão de cada um.

Além disso, os municípios que não são regulados por nós têm reajustes automáticos que não avaliam inclusive a eficiência do prestador ao longo do tempo. Então, se ele for ineficiente, ele não vai ser punido por isso nesses municípios. Belo Horizonte, inclusive, acabou de fazer um contrato dos mesmos moldes, o que é péssimo, né? Porque você não está forçando o prestador a ser mais eficiente.

Na fala do prefeito de Visconde Rio Branco, ele falou o seguinte "A Copasa nos chamou para trocar a agência reguladora". Por que? Porque esta agência reguladora não



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

tem o papel de pressionar o prestador para melhorar a eficiência, para fazer uma tarifa mais justa, para aplicar multa.

Por que o próprio prestador teve interesse de trocar quem o regula e fiscaliza. Vocês acham que isso é benéfico pra população ou benéfico ao próprio prestador? Por que era interesse do próprio prestador fazer essa troca, né? Então eles queriam uma frouxidão maior? Esse é o ponto, que não está visível.

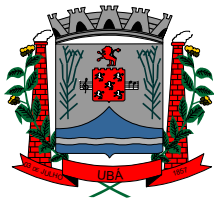
Assim que eu gostaria de deixar claro aqui para vocês, para além da das reclamações - que até concordo, na questão da tarefa de esgoto, foi um desacerto lá atrás - , mas que no curto prazo, a ETE entrando em operação, e isso vai acontecer em vários municípios no futuro, porque tem muitos que ainda não têm o tratamento e a gente tem prazo definido para isso, muitas pesadas vão acontecer, inclusive a perda do contrato caso eles não cumpram essas metas progressivas.

Isso tudo é muito recente. São normas da ANA – Agência Nacional das Águas - que chegaram no início ano passado e que a gente regulamentou ao longo do ano passado e que vão entrar em vigor agora, né? Então a gente tem amarras muito mais potentes agora para essa questão da prestação devida do serviço.”

O presidente da Câmara, vereador José Maria Fernandes, diz não ver vantagem na extensão do contrato em Visconde do Rio Branco, “diminuiu a taxa, aumentou o tempo. O contrato vai ficar do mesmo jeito”. Diz que “pedi várias vezes à Copasa, balanços, alguns memorandos sobre valores. Eu nunca fui atendido. Eu li o contrato da Copasa umas duas ou três vezes já e lá também fala no contrato que ela é obrigada a prestar serviço para os distritos. Eu moro num distrito. O único serviço que a Copasa faz lá é quando quebra alguma coisa, uma bomba, uma coisa, ela dá assistência. Mas o funcionário que trabalha lá dentro é da prefeitura, é pago pela prefeitura, não é pago pela Copasa.

Então é absurdo o contrato da Copasa. Ela não está cumprindo nem a metade do que está lá no contrato. É um absurdo. Agora, uma empresa que é 51 % estatal e 49% privada, os acionistas privados estão querendo o quê? Dividendos. Então, quanto mais a Copasa ganhar, melhor para esse pessoal.”

O gerente Lucas diz que “eu entendo perfeitamente a sua indignação, vereador, e é a minha indignação também. Sabemos aqui pelo histórico, e já fiscalizei Ubá duas vezes à época da crise hídrica, que de fato Ubá tem indicadores que refletem uma prestação de serviço muito abaixo dos demais municípios de mesmo porte. A qualidade da prestação de serviço em Ubá é das piores, vamos colocar assim, entre municípios de médio porte, em que a Copasa opera. Então, realmente a indignação é totalmente válida e a morosidade nessa questão do tratamento de esgoto é injustificável,



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Antes era Divinópolis, mas talvez Ubá hoje seja o maior município de Minas Gerais, que ainda não trata os seus esgotos. Talvez Governador Valadares, mas que não é servida pela Copasa. Então ninguém quer ser o último da fila, obviamente. E isso, enfim, isso é indignante. A gente enquanto agência, tenta criar os mecanismos, fiscalizar, apertar, mas, enfim, nem tudo depende só da gente, sabe? Por isso que a gente lutou tanto para ter mecanismo de aumentar a multa, para poder força que eles resolvam o problema e não só paguem a multa.”

O vereador pergunta sobre a privatização da Copasa e o gerente descreve um longo processo em curso, mas que a ARSAE continuará sendo a agência reguladora e fiscalizadora.

Com a palavra, a vereadora Marilda Leôncio critica o descaso da Copasa com o distrito de Miragaia, “berço da água” de Ubá: “Vou nem falar que é vergonhoso, não; é um absurdo. Eu resido no berço da água que chega, Lucas, aqui na cidade de Ubá e sequer nós temos um tratamento. Não vou nem falar se é adequado ou não, porque ele não existe. Então, um convênio que foi feito em 2017, eu falo como dona de casa, eu não falo como vereadora, eu falo como mãe, que a gente nessa época precisa da água da chuva para fazer a nossa higiene da casa,

Vocês não tiveram oportunidade, mas eu acho que deveriam visitar a nossa cidade e principalmente o distrito de Miragaia, onde é um berço da água, onde está a nossa serra da Moega, o Parque da Serra da Moega, né? Deveriam ver o estado que ficou a nossa..., não é a nossa ETA, né? Porque na verdade a gente tem apenas uma caixa que está com não sei com quantas toneladas de areia, então nem chovendo esses dias estava, ou seja, então nem a água um pouco clara pra gente poder lavar uma roupa, limpar uma casa, a gente tinha.

Então, a minha dor aqui não é só clamando pelo órgão fiscalizador, não. A minha dor aqui é como moradora que está esperando a promessa da Copasa pro nosso distrito naquilo que a gente merece, que compete a vocês, naquilo que foi pactuado lá em 2017 e sequer chegou até agora para nós. E aí a gente passa por essa situação de calamidade, nós ficamos isolados, com deslizamento da terra, com queda das árvores. Recebemos apenas um caminhão de água, E aí é o meu apelo. A gente não tem nada de saneamento no berço da água.

Então eu moro num lugar de uma riqueza exuberante e a gente sequer tem o direito de ser assistido por um órgão fiscalizador. Por isso que eu trago essa dor aqui, sabe, Lucas? E aí fica, o meu convite, como o Zé Maria: vem conhecer o nosso distrito, vem conhecer o berço da água e ver se o que está sendo ofertado - na verdade nem está - , é digno de uma comunidade tão bonita, de uma comunidade que necessita tanto de amparo. Muito obrigada, senhor.”



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O gerente operacional da ARSAE diz que “o pior problema na verdade são os lugares onde tem contrato, mas não é prestado serviço, porque essas pessoas estão invisíveis, né? A gente não tem dado, só tem o dado que não opera o sistema lá. Então a gente não tem dado nenhum, a gente não tem dado da qualidade da água porque a água não é tratada, né? A gente tem dado nenhum operacional. Então isso era uma trava que não dependia da gente, né?”

Mas vocês dirão, a ARSAE não é a agência fiscalizadora? Vou colocar assim. E eu peço que os vereadores entendam isso, porque era o que estava previsto na nossa lei. A gente não podia agir em relação a contratos. O que estava previsto já que o município é o grande detentor do contrato e só ele tinha a possibilidade de poder cobrar e exigir questões em relação ao contrato. Isso mudou.

Isso mudou com a nova lei de saneamento e com a atuação da ANA, Agência Nacional de Águas, que estabeleceu uma norma, uma diretriz para todas as agências do país, inclusive com uma alteração da nossa lei que aconteceu no final do ano passado na Assembleia Legislativa e que nos permite agora atuar na questão contratual, inclusive fazendo uma regulação de mais de um viés contratual, por assim dizer.

E por isso a questão do cumprimento de metas exigida agora pelo novo marco do saneamento é importante. Estamos discutindo agora a regulamentação. Criar uma norma para quando não houver operação de determinada localidade prevista no contrato, que eles já deveriam estar operando ali, ter uma multa referente a isso.

Não está nem operando, não está nem recebendo tarifa daquele lugar, já vai tomando uma multa porque está descumprindo o contrato. Então, a gente vai discutir isso ao longo desse ano, né?”

E peço aí paciência e desculpas por isso, mas enfim, isso dependeu assim de um arranjo gigantesco, né? Porque a gente já sabia desse problema desde 2015, a gente tem levantado quais são os municípios que não tem operação, tem contrato e não tem operação, que tem meta e não opera, a gente sabe quais são. Mas a gente não tinha nenhuma ferramenta para poder agir nesses casos, né? A gente mandava uma orientação falando, tem que “repactuar as metas do contrato” .... Eu me senti um ridículo fazendo essa recomendação, para um órgão regulado...

Essa mudança só foi possível com alteração de lei federal, depois uma alteração de lei estadual recentemente e com isso, a gente tem a base jurídica para amarrar todas essas questões e a tranquilidade para poder agir nesses lugares que são o pior cenário, em que você tem um contrato vigente. A prefeitura se exime porque ela fala que a responsabilidade é da Copasa e a população fica desassistida.

Então, já começamos agora um levantamento dos lugares onde a Copasa opera e não trata o esgoto. E a gente já vai aplicar multa em todos esses lugares de batelada, de



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

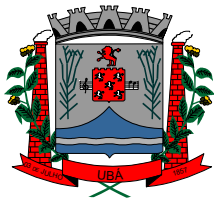
mutirão. E o próximo passo é justamente passar a pegar esses locais em que eles não operam ainda, apesar de ter um contrato falando que deveria operar e que como eu falei, é o pior cenário que a gente tem, o da não prestação de serviço. Está bem?"

O presidente passa a palavra ao vereador José Roberto, que faz um histórico do aumento da tarifa e pede que conste em ata. De acordo com o vereador, "eu estive na sede da ARSAE, em 2019, acompanhado por mais dois vereadores. Nós tínhamos um contrato aqui, assinado em 2017, um novo contrato de 30 anos, nós pagávamos 43,75% de coleta de taxa de esgoto, sobre a tarifa da água. Nós tínhamos só a coleta, não tínhamos tratamento.

Fomos informados que na então nova Revisão Tarifária de 2017 da ARSAE, as tarifas foram reduzidas em 6% até 2020 em todos os municípios. Dessa forma, em Ubá, em agosto de 2019 a tarifa será reduzida de 43% para 31% do valor da conta de água e em agosto de 2020 seria reduzida para 25%. A ARSAE iria discutir em 2020, na revisão tarifária seguinte, que acontece de 4 em 4 anos, a cobrança da coleta até o prazo previsto para o tratamento do esgoto, e a suspensão do pagamento da tarifa se houvesse atraso. Seria preciso afetar o lucro da Copasa para que ela agilizasse a prestação dos serviços. Esse era o contrato que foi assinado em 2017.

Foram se passando os anos e chegou a 25%. O que que aconteceu que 2021? A Arsaie fez uma resolução em que nos municípios que tinham tratamento, a exemplo de Belo Horizonte e região metropolitana, que pagavam 100%, esses municípios tiveram redução para 74% e quem pagava 25%, como o caso de Ubá, que não tinha o tratamento ainda ou os que pagavam proporcionalmente, esses municípios tiveram a tarifa elevada para 74%. Brigamos muito, entramos na justiça. Achei uma falta de respeito muito grande do diretor da ARSAE, Antônio Claret, quando ele disse "Olha, já está resolvido, isso não vai voltar atrás". A justificativa dele foi que era para incentivar a Copasa a voltar a cobrar o 100%, pois ela só poderia cobrar 100% se tratasse o esgoto. Ou seja, ela passou um aumento para quem não tinha o tratamento e quem tinha 100%, ela reduziu para 74%, e o número de municípios tratados era muito menor do que do que os que não tinham tratamento. Então, a desculpa dele, a justificativa dele foi o seguinte se a gente reduzir de 100% para 74%, eles vão ficar muito revoltados e vão querer tratar 100% esgoto para para chegar de novo a 100% de tarifa.

Conclusão, nós já estamos em 2026 e nenhuma pedra foi colocada aqui. Foram feitas algumas intervenções na estação e tudo, mas se parou e até hoje, nada. Então o que a gente precisa é que a Arsaie tenha essa sensibilidade e corrija esse erro que foi feito com a cidade de Ubá e outras cidades lá em 2022. Nós pagávamos 25 % sobre um contrato que foi assinado com essas cláusulas e no meio do jogo ela mudou a regra. Ela mudou a regra baixando uma resolução em que nós que pagávamos 25% pulamos



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

para 74%, uma das maiores injustiças que foi feita com a população de Ubá. Então fica aqui esse registro. Peço presidente da audiência, vereador Renato, que coloque essa minha fala em ata pois isso pode servir como documento futuramente.

Em seguida, o vereador José Roberto pede que seja lido ofício da Arsae à ALMG “À Sua Excelência, senhor José Maria Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Ubá. Senhor presidente, com nossos cordiais cumprimentos, informamos que a Arsae recebeu o requerimento 16.703/2026, anexo, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

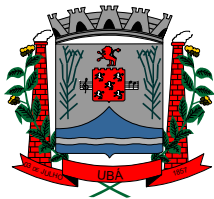
Nesse requerimento, a comissão solicita à Arsae que “tome as providências para garantir a isenção de pagamento das contas de água e esgoto para imóveis atingidos, na forma do Art. 94 da Resolução nº 40/2013 da referida agência, nos municípios atendidos pela Copasa, notadamente em Ubá e Matias Barbosa. Solicita-se ainda que seja conferida maior amplitude à norma para abarcar também a isenção aos imóveis que abriguem pessoas desalojadas, considerando o aumento extraordinário das contas na situação de vulnerabilidade”.

A respeito desse assunto, destaca-se que na resolução 131 de 11 de novembro de 2019 existe uma previsão para a isenção de faturas em caso de destruição total ou parcial do imóvel em virtude de incêndio, alagamento ou outra causa que inviabilize o seu uso. Por sua vez, essa isenção deve ser motivada pelo próprio usuário ou por iniciativa do prestador de serviços.

Abaixo transcrevemos o trecho da referida resolução: “Artigo 95. A fatura pode ser cancelada ou alterada a pedido do usuário ou por iniciativa do prestador de serviços nos seguintes casos: I - demolição de edificação. II- fusão de unidades usuárias. e III - destruição total ou parcial do imóvel em virtude de incêndio, alagamento ou outra causa que inviabilize seu uso.”

Com objetivo de atender o requerimento da ALMG, a Arsae informa que os usuários afetados pelas chuvas podem, por iniciativa própria, solicitar à prestadora de serviços o cancelamento ou a isenção das faturas, conforme previsto pela normativa da agência.

Ademais, informa que Arsae encaminhou o ofício à Copasa solicitando posicionamento sobre a aplicação do cancelamento das faturas para os usuários dos municípios de Matias Barbosa e Ubá, afetados pelas enchentes. A Arsae repassará a posição da Copasa assim que obtiver uma resposta. Ressaltamos que a Arsae permanece à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, visando apoiar o município no atendimento às demandas dos cidadãos afetados. Atenciosamente, Laura Serrano, diretora-geral da Arsae”.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

O vereador José Roberto diz que “a Resolução fala que o pedido de isenção deve ser feito pelo afetado, mas a Copasa sabe a dificuldade para se acessar os meios de comunicação dela, e também sabe onde houve alagamentos, a faixa que foi prejudicada, ela tem esse mecanismo para poder ela mesma cancelar essas cobranças e ela não faz isso. Ela cria dificuldades para conceder a isenção. Ao final, a Arsae diz que vai se pronunciar quando a Copasa responder, mas 45 dias após a enchente, a Copasa nada divulgou nos seus canais de comunicação.” O vereador pergunta “se a Arsae tem como dizer à Copasa que ela tem que dar a isenção prevista na Resolução 131/219.”

O gerente operacional diz que foi uma excelente provocação a do vereador José Roberto porque, de fato, a questão dos canais de comunicação da Copasa é “complicada” e ele mesmo já teve problemas com isto. Que a empresa tenta arrastar o máximo possível. Sugere que os vereadores “protocolem um ofício à Arsae solicitando mediação nesse caso, porque como está escrito na resolução, ela pode isentar, ela não é obrigada. Então, seria uma mediação no sentido de negociar essa questão em uma reunião com os vereadores, a prefeitura, a Copasa e a Arsae, pois as contas vão chegando, as pessoas se apertam para pagar em um momento já complicado para elas e depois para devolver é muito mais difícil.” O vereador José Roberto diz que já pediu este documento ao presidente, vereador Renato, e que será assinado por todos.

Com a palavra, o vereador André Alves diz que a audiência seria para questionar a Copasa, mas “a metralhadora virou para a Arsae”. Que o que o preocupa não é que Ubá seja o último da fila no tratamento de esgoto, como diz a Arsae, mas que pague para ser o último. Diz ter informações dentro da Copasa que “empresas terceirizadas lucram em torno de 40% do serviço prestado. Tem donos de empreiteira que estão ficando muito bem de situação financeira e a conta não fecha quando se fala que não é lucrativa a questão da água, porque não só a empreiteira está lucrando em cima disso, mas também a Copasa acaba lucrando também.

A gente sabe que é uma empresa lucrativa, paga salários vultosos aos diretores, R\$ 100.000 e até mais. Isso tudo é pago com dinheiro de pessoas simples que hoje pagam 74 % do esgotamento da cidade. Isso é muito complicado. E aí nesse momento, a gente gostaria muito de da presença da Arsae de forma mais constante no município, principalmente diante da situação de uma administração municipal e um governo estadual populistas que encham as pessoas de entusiasmo com aquilo que está sendo prometido, mas na verdade não acontece nada.

Nós necessitamos da presença de vocês aqui para entender mais a nossa dor, para entender a dor dessas pessoas que sofrem, dentro de todos nós que estamos sofrendo porque a gente não vê uma luz no fim do túnel. Se você olha o calçadão da nossa cidade, que é o centro comercial, não só o calçadão, mas todo o centro comercial



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

da cidade, nós temos lá pessoas gastando água durante horas por dia, até hoje não conseguiram recuperar o seu ganha-pão, não conseguiram voltar a trabalhar porque a sujeira não acaba, não para. E eles estão pagando para isso. Eles estão pagando para tentar se reerguer e não conseguem, né?”

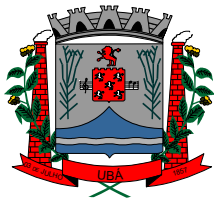
O gerente operacional da Arsae diz que a agência esteve em Ubá em 2023 e 2024 fazendo fiscalização e que pode repassar à Câmara os relatórios destas fiscalizações e que está programada para maio uma nova visita. Pede que além do ofício solicitando a mediação da Arsae na questão da isenção das tarifas, que também enviem em outro ofício os demais problemas e água e esgoto - desabastecimento, vazamentos de esgoto, buracos não tapados, intervenções inacabadas ou demoradas - que ouvem da população, para que a Arsae possa atacar onde é necessário.

O vereador André se antecipa e diz que “um problema são os órgãos que recebem essas reclamações. O setor que recebe essa reclamação lá na Copasa é muito fraco, não tem atendimento, não tem postura. Nós já vimos brigas lá dentro entre pessoas que são servidores da Copasa com clientes da Copasa. As pessoas saem de lá, falando "Eu acabei de sair da Copasa e eu não sei o que eu tenho que fazer". Então, precisa ter um treinamento, pois as pessoas que estão lá para atender a população, não conseguem tirar as dúvidas dos clientes da Copasa”.

O Sr. Lucas diz que esta insatisfação é global e que a pessoa que sai insatisfeita deve recorrer à Ouvidoria da Copasa e, se o atendimento continuar insatisfatório, recorrer à Ouvidoria da Arsae. “Isso às vezes pode ser uma estratégia de demora, não sei se é deliberada ou não, mas talvez em algum aspecto também pode ser só uma ineficiência, uma má gestão e tudo mais, né? Ou como vocês citaram, com a questão da privatização está mundo muito desmotivado, nesse período, né? Você não sabe quem vai ser seu chefe, você não sabe se você vai continuar na empresa. Então há um cenário realmente de desmotivação geral, um período que realmente não vai ser fácil. A gente espera que com a solução dessa questão os bons empregados se mantenham e a gente tenha uma melhora da prestação de serviço.”

Em seguida, a assessora da Coordenação de Regulamentação Operacional da ARSAE, Camila Morais de Assis, corrobora os esclarecimentos do gerente operacional acrescentando que as multas, que agora poderão ser cobradas em valor maior, não mais irão para o Fundo dos Direitos do Consumidor, mas para o Fundo Estadual de Saneamento Básico em que o próprio município depois, no futuro, terá a possibilidade de pegar financiamento através dele para poder utilizar no seu município.

Pede que sejam oficializados os pontos que estão sendo discutidos, pois todos os ofícios são respondidos prontamente, mas que observando o registro da Arsae vê que os maiores acionadores da agência são o Ministério Público e o Poder Judiciário e que



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

muito pouco vêm do nível municipal (prefeitura e câmara). “Então, oficializem isso pra gente, para que a gente possa fazer essa avaliação, para que a gente possa acionar o prestador, para que ele nos envie dados atualizados, para que ele nos envie justificativa em cima do cenário que estiver sendo relatado, para que a gente possa fazer esse tipo de resposta para vocês de uma forma mais rápida e mais atualizada.”

O presidente da audiência, vereador Renato Vieira, diz que foi preciso a calamidade para que ficasse bem mais contundente a má prestação do serviço. “O ofício que foi lido da ARSAE diz que as pessoas que foram atingidas poderiam ser isentas das faturas, mas acontece o contrário. Alguns moradores foram até a Copasa, para reivindicar seus direitos e tiveram negativa. Alegaram para eles que houve um alto consumo porque eles estão usando muita água para poder lavar essa residência, mas eles têm que lavar a residência para entrar dentro da casa!! Então como que eles vão medir o que pode ser gasto ou não?? E a prova está aqui. Vários moradores mandaram pra gente aqui. No mês de janeiro, fevereiro e março, eles pagavam R\$ 73 de água, agora veio R\$ 197. Outros veio R\$ 400, outros vieram R\$ 600. É o comércio que pagava R\$ 250 veio R\$ 900, né?

Então, eu queria saber se a Arsae pode aplicar sanções em casos de descumprimento da resolução, porque aqui na resolução fala que a Copasa pode, sim, isentar essas faturas, mas está acontecendo o contrário. Em vez de isentar, está cobrando três vezes mais o valor. Quem pagava 70 está pagando 200, quem pagava 200 está pagando 900. Então eu quero saber se tem um controle que vocês podem estar fazendo para dar um direcionamento à população e aproveitar essa oportunidade para ver o que vocês podem fazer por essas pessoas que estão tendo sua conta triplicada e não estão tendo uma resposta concreta da Copasa, que está fazendo pouco caso deles.”

A Sra. Camila sugere que os vereadores acionem a Arsae diretamente pelos e-mails do gabinete e não pelas ouvidorias.

O presidente da Câmara, vereador José Maria Fernandes, diz contundentemente que “prefeituras da região, câmaras da região, indústrias da região, comércio da região, pessoas físicas da região, de todos esses, durante muitos dias recebemos ajuda de todo esse pessoal. Da Copasa não vi iniciativa nenhuma. A única iniciativa da Copasa foi fazer a obrigação dela, o abastecimento de água, mas a ajuda dela eu não vi. O Renato acabou de citar aqui as contas triplicadas. Esse povo só gastou água por causa disso para poder lavar casas e comércios. Não seria hora de a Copasa ter um bom senso? Mas em vez de isentar, diz que “gastou em excesso”? Claro que gastou em excesso!! A cidade estava de ponta cabeça, o povo estava no olho do furacão, tinha de gastar! E a Copasa vir com essa justificativa que “gastou em excesso”! Isso todo mundo sabe, todo mundo sabe. Agora, o que que a Copasa fez para poder ajudar? Essa é uma pergunta.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Eu quero até que isso fique constando em ata também. O que a Copasa fez para nos ajudar a não ser a obrigação de refazer os lugares onde o fornecimento de água foi afetado? Ela fez a obrigação dela. Agora, ajuda humanitária de outras gentes que não tinham obrigação, prefeituras de outros municípios que não tinham obrigação, câmaras de outros municípios, indústrias de outros municípios que não tinham obrigação, isso nós recebemos. E o que fez a empresa que presta serviço para a nossa cidade, que retira os seus dividendos daqui, cobrando 74% de um esgoto sem tratamento? Esta não tomou iniciativa nenhuma!!”

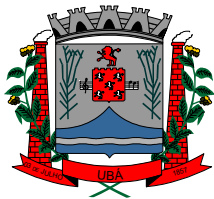
O Sr. Lucas diz que é preciso pressão política: “Tem que pressionar mesmo e vocês estão no caminho certo. Tem que pressionar porque senão as coisas não acontecem, as pessoas ficam insatisfeitas e as injustiças se perpetuam.”

O vereador André Alves diz que “além de não contribuir, foi uma empresa que teve um lucro em cima da calamidade. Por quê? Houve duas contas que chegaram uma em cima da outra. A conta de fevereiro chegou atrasada, a de janeiro chegou atrasada. E as pessoas que não conseguiram pagar porque já chegaram vencidas, pagaram com juros! Além de tudo, ainda teve lucro!

E outra coisa é que fica o alerta aos meus colegas vereadores dessa casa, de exercer a nossa função fiscalizadora. E o Lucas trouxe algo que eu acho que vocês, né, juntamente comigo e os demais vereadores da casa que não estão aqui, nós devemos colocar em prática: fiscalizar o prefeito, fiscalizar o executivo. O Lucas trouxe muito claro aqui para nós aqui que muito daquilo que não é feito lá na Miragaia é culpa da inação do prefeito, porque ele não cobra da Copasa e é a função dele. O Lucas e a Camila trouxeram isso aqui.

Então, cabe a nós vereadores exigir que o executivo também contribua com a sua parcela, que é ter uma negociação mais incisiva, mais forte, cumprir o papel dele. Se nós que estamos aqui, que fomos eleitos para fazer isso, não cobramos isso do executivo, a Copasa e a Arsae vão continuar numa situação confortável. Então, cabe a nós fazer isso. Não adianta aqui também ficar metendo o dedo na cara na Copasa, falar que é um crítico da Copasa há muito tempo, mas não fazer a nossa parte que é cobrar a parte do prefeito. Nós temos que fazer isso aqui também.”

Em seguida, a representante da 30ª Subseção da OAB, Sra. Karina Biscotto, diz que a inércia da isenção diante da calamidade não é um fato isolado, mas um fato agravante e que o Procon está receptivo para atender todas as demandas, inclusive as da Energisa, pois “é um fio de meada que se puxa, que desenrola em vários outros problemas.” Diz que o Procon municipal tem tido contato com o prefeito, com a diretoria da Copasa, objetivando a todas as medidas de auxílio para a população atingida. “A gente sabe que há a urgência de quem perdeu tudo, que não tem como



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

esperar trâmites burocráticos, que se arrastam. Então, por isso que a atuação do Procon tem sido diária e tem sido incisiva, apesar de que tem sido difícil, como nós estamos vendo aqui.”

Em seguida, a palavra é aberta ao público. O Sr. Jardel Peron Waquim, presidente da comissão de direito público da 30ª subseção da OAB-MG e inspetor tesoureiro do CREA, aborda dois pontos fundamentais. Pergunta ao coordenador da Defesa Civil, representante do Executivo, “quantas advertências ou notificações o município fez de maneira escrita para Copasa? Eu vou te dar resposta, mas eu gostaria que o senhor respondesse. Sabe quantas? Eu respondo pro senhor. Nenhuma. E gostaria de pedir os senhores vereadores dessa casa para encaminharem e terem essa resposta formal por meio de requerimento para o poder executivo. Nenhuma advertência, nenhuma notificação. A quem compete de fato requerer o cumprimento desse contrato é o município. E o município não tem feito isso. Não existe requerimento do cumprimento desse contrato por meio de plataformas digitais. Não existe requerimento ou projetos de lei em execução. Não existe. Então, antes de nós questionarmos o cumprimento das atividades da Copasa, nós temos que pensar no cumprimento da responsabilidade do município. Que é o Poder Concedente.

A segunda pergunta é: a Defesa Civil está presente no Conselho e Municipal de Saneamento Básico e no Conselho de Acompanhamento das Obras da Copasa? Não, não está, porque o conselho ainda não esteve ativo nessa gestão. Esse conselho está normatizado dentro de uma cláusula contratual, do contrato programa desde 2017. Esse conselho não teve o seu cumprimento na gestão do Edson. Eu fiz o mesmo questionamento na gestão do ex-prefeito Edson e não está tendo cumprimento também nessa gestão.

O conselho deveria ter como finalidade fiscalizar e acompanhar as obras e as atividades da Copasa e até hoje isso não existe. No entanto, um dos membros que seria do conselho é o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais. Nós nunca recebemos nenhuma notificação do poder executivo para participar de tal conselho. Então, só para deixar isso muito claro, antes de nós criticarmos diretamente a Copasa, vamos pensar qual é o papel do poder executivo que não está sendo executado. Eu quero deixar isso muito claro, isso para vocês, porque não adianta nós responsabilizarmos totalmente a Copasa e não colocarmos a devida responsabilidade no poder executivo.”

O vereador André Alves fala sobre o desconhecimento pela Câmara dos recursos do Fundo de Saneamento Básico municipal que são depositados pela Copasa, na ordem de 2%, segundo o contrato, e que poderia também ser usado em ações de reconstrução da cidade, mas não se sabe nada sobre ele, pois não há reunião do Conselho. Diz que



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

fez um requerimento ao prefeito solicitando dados sobre o Fundo de Saneamento mas não foi respondido, “está tudo parado”.

O Sr. Lucas volta ao tema das multas, que agora poderão ser aplicadas pela Arsae “e se nós não cumprirmos, os municípios perderão acesso a recursos federais. Existe essa trava. Então, para que a gente não penalize os nossos municípios, a gente tem que seguir o que as normas que a ANA está propondo.”

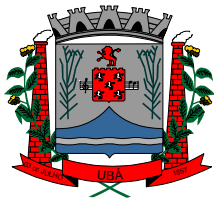
Diz que é obrigatória a atualização dos contratos. “E a Copasa está, inclusive, meio enrolada, nem todos os municípios fizeram, eles pretendem fazer agora com a regionalização, que também foi atrasada. Minas Gerais foi o último estado a fazer sua regionalização, então estamos bem atrasados nisso. E com esse esse novo modelo de contrato, a ideia é que se tenha não só metas para 2033, que está estabelecido por lei, mas tem que haver metas progressivas, né, para que não ocorra como a gente está vendo aqui. Não fez e agora, né?”

Então, que a gente tenha metas de avanços graduais e pactuados: quando vai ser a construção da ETE, quando vai ser o avanço até 80% de coleta e etc, para cada localidade. Essas metas progressivas, inclusive, têm que ser estabelecidas em contrato e acompanhadas pela agência reguladora. É um papel nosso fazer isso. Já existem alguns municípios que têm essas metas e repassamos para a ANA o quanto os municípios estão cumprindo a universalização. E a gente só repassa aqueles que estão passando os dados e que têm metas definidas para isso. **E isso depende de o município estabelecer junto à Copasa, dentro do seu contrato, essas metas.**

O que estamos discutindo agora são os casos da não operação da empresa em locais estabelecidos pelo contrato, como os distritos, por exemplo. Isto vai entrar como uma não conformidade e entrar na Resolução de sanções. E que se a gente não cumprir, penalizamos o município, o que não queremos. Por conta disto, é que a gente não atuava na questão contratual, mas vamos passar a atuar de forma mais geral a partir desse ano.”

O Sr. Lucas volta a pedir que a Câmara oficialize todas estas questões para a próxima visita da Arsae ao município.

Por último, a sra. Giane, da Rádio Ubaense, faz considerações sobre o bom tratamento de água da Copasa, o mau atendimento dos canais de comunicação e a inação do executivo. Pergunta se “o Procon emitirá uma medida cautelar, proibindo o corte de água e a negativação de consumidores de Ubá enquanto durar o decreto de calamidade”. A sra. Karina Biscotto diz que esta medida ainda não lhe foi repassada. Que o Procon pretende notificar a Copasa para que no excesso de água usada para limpar a lama dos estabelecimentos e das casas atingidos seja cobrada uma tarifa mínima.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalizando sua participação, o Sr. Lucas se coloca à disposição e reafirma o pedido de ofício à Arsae para poder intermediar essa discussão, porque “não é simples muitas vezes, né? Tem gente que foi atingido por mais tempo, tem gente que foi atingido menos, tem gente que precisa de mais meses além da média. Enfim, tem que definir alguns critérios para isso. Então, por isso que eu coloquei que eu acho que seria interessante que a própria agência se debruçasse sobre isso, porque a gente tem uma gerência “irmã”, que é gerência de Fiscalização Econômica. A minha é da parte operacional e quando tem as questões operacionais nessas coisas que envolvem as duas, a gente é acionado. Mas essa é uma parte da área econômica, de acompanhar a devolução de valores, acompanhar a questão de isenções, quem tem direito, quem não tem. A resolução não proíbe e não obriga, ela permite e aí vai depender da pressão política para que isso ocorra, mas a sensibilização do problema já existe. Então, acho que cabe aí tanto um acompanhamento da agência em cima disso, quanto também uma negociação.”

A vereadora Marilda Leôncio tece considerações sobre como o Procon atua e o vereador Domingos Trindade pede maior transparência da Copasa, da Arsae e do Executivo, dizendo que recebeu uma mensagem neste momento sobre falta de água no bairro Paulino Fernandes. O vereador André diz que apresentará um projeto de lei para fortalecimento da Defesa Civil, que, a seu ver, poderia tornar-se uma secretaria, com maior autonomia e recursos.

O presidente da audiência, vereador Renato Vieira, finaliza ressaltando a ausência da concessionária que deveria estar presente para prestar esclarecimentos à população. “Ainda assim, seguimos com este espaço de debate, pois estamos falando de muitas famílias atingidas, muitas residências afetadas e uma população que precisa de respostas, né? Amanhã nós vamos entrar com esse documento e pedir ao executivo que também nos ajude a notificar a Copasa, porque se a Copasa não respeita os contribuintes, não respeita a população, não respeita o Legislativo, vai respeitar quem?”

Então, vamos pegar mais firme com eles para a gente ter uma resposta boa para população. A população que quiser pode procurar o Procon, a Defensoria Pública, você que teve sua conta abusiva, um valor muito alto, entrem em contato com eles, que eles vão ajudar vocês a buscar um caminho, até judicial, um processo, para vocês serem ressarcido. Eh, para encerrar essa audiência pública, a Câmara Municipal de Ubá reafirma seu compromisso com a defesa dos interesses da população, especialmente em um momento sensível, como o que vivenciamos. Este espaço de diálogo demonstra a importância da participação popular e da atuação integrada entre o poder público, os órgãos de fiscalização e as instituições aqui representadas na busca por soluções efetivas para os problemas enfrentados pelos cidadãos. A Câmara continuará acompanhando de



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

perto a atuação da Copasa, exercendo seu papel fiscalizador e promovendo as medidas necessárias para assegurar a adequada prestação de serviços públicos essenciais. sempre com foco na transparência, na responsabilidade na qualidade de vida da população.”

O presidente agradece a presença de todos e encerra a audiência pública às vinte e duas horas e quinze minutos.

**VEREADOR RENATO VIEIRA**  
**(Renatinho do São Domingos)**